

Um caso de debilidade moral: as meninas e a perversão sexual¹

Gabriel Augusto de Carvalho Sanches (NEV-USP)

RESUMO:

O presente trabalho se debruça sobre um caso de debilidade moral analisado pelo médico psicopatologista do Serviço Social de Menores, publicado nos Boletins do Serviço Social de Menores em 1945. O caso associa o abandono moral e material de meninas aos desvios de conduta de caráter sexual apresentados por elas. O caso é, pois, construído a partir de exames que visam justificar o diagnóstico da menor R. como débil moral a partir de sua pretensa facilidade e acessibilidade, além de sua incapacidade de avaliar moralmente sua conduta. Desse modo, a menor aparece no discurso como sujeito passivo e suscetível às influências de um meio familiar desfavorável ao desenvolvimento do senso moral, bem como às solicitações sexuais de rapazes. A partir do caso, o trabalho propõe compreender a ação do Serviço Social de Menores como um empreendimento de normalização social.

Palavras-chave: Serviço Social de Menores; Menoridade; Perversão sexual; Debilidade moral; Normalização social.

¹ VIII ENADIR - GT19. Justiça juvenil: práticas, discursos e operadores.

ANTECEDENTES DO CASO

No quinto volume dos boletins do Serviço Social de Menores, publicado em 1945, Luiz Portella, médico psicopatologista do SSM, apresenta o caso da menor R., prontuário sob n. 14899. Trata-se de caso ao mesmo tempo singular e típico. Singular na medida em que maiores detalhes sobre o caso chegaram a nós, comparando com a quantidade de informação às vezes ínfima dos prontuários do SSM. Típico dada a associação entre desvios de conduta de caráter sexual e o abandono de meninas.

A menor R. foi recolhida “por motivo de transgressão das normas da moralidade” (PORTELLA, 1945, p. 26). Terceira filha numa série de sete de mãe demente e de pai “pouco escrupuloso (...) grosseiro e perverso” (PORTELLA, 1945, p. 27). Sua mãe perdeu suas faculdades mentais devido aos espancamentos do marido, de modo que este passasse a estabelecer relações ilícitas com concubinas, transformando o lar num ambiente desfavorável ao desenvolvimento das filhas. R. foi acometida de meningite aos 2 ou 3 anos, “trazendo em seu organismo os *estigmas* de uma moléstia possivelmente mal cuidada” (PORTELLA, 1945, p. 27). Em seu prontuário, consta no item “condições sociais”,

Família: legítima. Não havia harmonia no casal. Pai, grosseiro, perverso, espancando constantemente a esposa e filhos e péssima moral. Mantem amantes, levando as filhas a visitarem essas mulheres. Condições econômicas boas; condições higienicas idem. Não havia entretanto o necessário no lar pois o pai gastava o dinheiro fóra de casa. Não houve interesse na educação da menor. Ambiente: Do lar: péssimo. Pai brutal e licencioso. Da escola: bom, frequentou Grupo Escolar, durante três anos. (Prontuário 14899, 1945)

Privada de carinho materno e tendo por pai um péssimo exemplo de conduta, R. cresceu num meio familiar mal organizado, tendo sido iniciada em assuntos sexuais pelas amigas. Aos 13 anos arranjou um namorado, “que encontrou facilidade em captar a confiança de R.” (PORTELLA, 1945, p. 27). O rapaz persuadiu a menina que ela deveria fazer sexo com ele, pois assim procediam com todos os namorados. Esse fato lhe rendeu o seguinte registro em seu prontuário,

Atitude social: Tendo um namorado, este a deflorou, dizendo serem as relações sexuais o normal entre namorados. Entregava-se a vários rapazes levados por seu namorado. Manteve relações sexuais durante dois anos, só ultimamente sendo descoberta e encaminhada ao SAT. Entregava-se às relações sexuais sem prazer e sem revolta. (...) Desajustada em seu lar, com deficiente educação pedagógica e moral e sobretudo certa incapacidade moral, deixou-se deflorar pelo seu primeiro namorado, entregando-se durante dois anos, a todos que a queriam, sem prazer e sem resistencia, não avaliando o alcance de seu proceder. (Prontuário 14899, 1945)

Essa pretensa facilidade com a qual se entregara ao magote de rapazes se justificaria pela sua docilidade de temperamento como consta em seu prontuário. Neste, ela foi caracterizada ainda como loquaz e impudica por ignorância, classificação esta que se evidencia no fato, relatado por Portella, de quando a adolescente foi aconselhar-se com a amiga “já pervertida” (PORTELLA, 1945, p. 28), que confirmou o que dizia o rapaz sobre como se portavam as namoradas. A amiga pôde, dessa maneira, arrastar “mais uma vítima ao desvio moral” (PORTELLA, 1945, p. 28).

Atingida a satisfação de seus intentos, o violador de R., com flagrante desrespeito ao pudor da rapariga, incúlcou-a a diversos amigos seus, que não tardaram em aproveitar das *facilidades de que lhe proporcionava R.* Andava assim a adolescente, de mão em mão. (PORTELLA, 1945, p. 28)

Até que chegou ao conhecimento de seu pai a vida que levava sua filha por intermédio da polícia. Chegando ao conhecimento desta “as condições morais de seu progenitor, foi ela entregue aos cuidados do Estado, por intermédio do Juiz de Menores” (PORTELLA, 1945, p. 28).

O CASO R.

À data do relato do médico, contava a menor com 15 anos é menor branca, brevílnea, hiperestênica, mesocéfala e de massa corporal deficiente (39,4 kg), segundo consta em seu prontuário. Possui sensibilidade sensorial normal e ligeira atrofia muscular, bem como diferença de desenvolvimento entre os membros direitos como consequência de sua doença, o que lhe rende a categorização como débil física.

“Até o presente ainda não é menstruada, notando-se-lhe um certo *infantilismo genital*” (PORTELLA, 1945, p. 28). De inteligência normal, segundo a escala de Binet-Simon. Examinada através de suas reações neuro-humorais, verificou-se que “é uma menina *acessível*, adaptável, bem humorada, expansiva, bastante tagarela quando convenientemente estimulada, oferecendo uma certa docilidade no trato” (PORTELLA, 1945, p. 28). Acessibilidade examinada que remete a sua pretensa facilidade que a teria pervertido e que justifica a sua classificação como débil moral. Essa pretensa docilidade de caráter e temperamento diagnosticada pelo médico e registrada em seu prontuário é ainda reforçada pelas seguintes caracterizações; trata-se de menor

Sociável, bastante acessível, bem humorada, expansiva. Ligeiras tendências psicásticas e depressivas. Emotividade média, com irregular capacidade de controle. Frialdade afetiva e ausência de senso moral (anormal). Volição inferior; bastante sugestível. (Prontuário 14899, 1945)

Isso tudo atestaria a anormalidade de seus instintos sexuais que justifica a alcunha de “retardada sexual”. Diante desta, o que poderia ser visto como características positivas como sua sociabilidade e acessibilidade acabam se tornando indícios de seus desvios de caráter. Outro fator que evidencia isso é o seu teste de Rorschach que acusou “esforço volitivo necessitando estímulos para melhor se manifestar; imaginação rica e algo fantasiosa; (...) *facilidade de sugestão*; evidente preocupação sexual” (PORTELLA, 1945, p. 29). Na conclusão de seu exame, chega-se ao seguinte veredito:

Visto o seu caso sob os pontos de vista moral e social, verifica-se que R. agiu inicialmente por influência de *sugestão* de amigas e companheiras, o que teve ação preponderante no seu desvio e conseqüente violação. Em segundo lugar, nota-se que a menor mostrava-se ignorante do que diz respeito a processos sexuais, demonstrando ao mesmo tempo, *incapacidade de reagir às insinuações maldosas que lhe eram feitas*. (...) A continuação do modo de proceder de R., *entregando-se sem vacilações* (...) ao magote de rapazelho que a cercava, demonstra claramente que lhe faltavam compreensão e senso de moralidade. (PORTELLA, 1945, p. 29)

Outro dado que atestaria sua debilidade moral é o fato de ter atendido aos seus solicitadores sem qualquer interesse, algo que tornava seu ato ininteligível; não se trataria apenas de um desvio sexual, como a prostituição, onde há interesse, mas sim uma debilidade, uma doença mental uma vez que entregava-se “a todos que a queriam, sem prazer e sem resistencia, não avaliando o alcance de seu proceder” (Prontuário 14899, 1945).

Indagada se atendia aos seus solicitadores com intuítos lucrativos, necessidade ou desejo concupiscente, R. responde que nada recebia, nenhuma sensação obtinha, demonstrando agir com uma completa abstenção de qualquer preocupação moral. Submetida ainda ao questionário de Oliver, (...) destinado a avaliação da conduta moral, a examinada revelou deficiência de senso ético, falta de pudor e, até mesmo um certo cinismo, reações estas que parecem não serem inteiramente conscientes. (PORTELLA, 1945, p. 29)

Por fim, indica-se em seu prontuário que a menor seja enviada para tratamento médico e odontológico adequado, em vista das cáries que possui, que seja matriculada em classe comum de quarto grau primário, bem como que lhe seja dada instrução profissional doméstica, segundo sua aptidão e vocação que consta em seu prontuário: “capacidade para serviços domésticos” (Prontuário 14899, 1945). Ainda, é prescrita laborterapia e educação moral intensiva em estabelecimento adequado.

Seguindo essa indicação, a menor é internada no Instituto Modelo de Menores da Penha em 15 de outubro de 1945, porém só é julgada dia 1 de junho de 1946, ou seja, praticamente 1 ano após ter sido recolhida e identificada no abrigo provisório de menores. No

entanto, ela fica no instituto pouco tempo, logrando evadir-se em 28 de dezembro de 1946, não conseguindo ser capturada, quando é desligada do serviço em 23 de setembro de 1949 em virtude de já contar com 19 anos de idade.

COMO A PSIQUIATRIA VÊ AS MENINAS?

Em *Rapports Du Physique Et Du Moral de l'Homme*, de 1802, Cabanis diferencia a influência dos sexos sobre as afecções morais. Para o autor, entre o homem e a mulher existem diferenças de estrutura que não podem ser negligenciadas. É o fato das fibras das mulheres serem mais moles, os tecidos celulares mais frouxos, os músculos menos vigorosos e os órgãos mais flexíveis que os dos homens, tornando-as menos suscetíveis à atividade. Essa maleabilidade (física mesmo) das mulheres que se mostra nas curvas de seu corpo lhes aproxima daquela das crianças e que as tornaria suscetíveis a intervenções que as façam moldar-se. Nesse sentido, o caso das menores é ainda mais mole, já que são duplamente maleáveis.

No entanto, na primeira infância, essas diferenças entre os sexos se tornariam menos visíveis, já que os músculos não teriam ainda produzido nenhuma modificação notável, como atesta o fato do corpo da menina e do menino não serem tão diferentes, quanto são os das mulheres em relação ao dos homens. A mesma confusão se faz no âmbito das disposições morais das crianças.

As pequenas participam da petulância dos pequenos meninos, os pequenos meninos à mobilidade das pequenas meninas. Os apetites, as ideias, as paixões desses seres nascidos para a vida da alma, desses seres ainda incertos, que a maior parte das línguas confundem sob o nome comum de *criança*. (CABANIS, 1802, p. 323, tradução nossa).

Porém, não conclui-se do fato de que um observador comum não percebe diferença de natureza entre eles, que ela esteja ausente sobretudo em relação aos hábitos morais e aos comportamentos. Sem dúvida, os meninos seriam mais livres e pronunciados em seus movimentos, possuiriam, pois, uma disposição natural e habitual à atividade, porém prestariam menos atenção às pequenas coisas.

Já as meninas seriam muito mais inclinadas a se ocupar das impressões que os outros lhes causam (já que estas incidem sobre um tecido mais maleável), de recebê-las passivamente, o que concorreria para uma vaidade precoce nas meninas. “Aquele delicado tato de conformidade, que distingue particularmente seu sexo, parece desenvolver-se nelas, como uma faculdade de instinto” (CABANIS, 1802, p. 324, tradução nossa). Isso as tornaria,

por isso, mais sociáveis e mais comunicativas, desenvolvendo-as na “arte da conversação” [*l’art de la conversation*] que se exprime no fato de querer agradar ao outro.

Cabanis associa os hábitos, porém, ao seu suporte corporal, orgânico, já que o comportamento de homens emasculados se aproximaria daquele das mulheres, assim como as mulheres cujo útero e os ovários permanecem inertes adquiririam hábitos masculinos. Esse binômio moral-orgânico está presente na ideia mesma de instinto desenvolvida pelo autor e que explica o fato dos comportamentos diferenciais entre os sexos se tornarem mais pronunciados na época da puberdade com o desenvolvimento sexual. Logo, a diferença moral é derivada do desenvolvimento da diferença anatômica entre os sexos.

Aquela se mostra, por conseguinte, como vimos, na diferença muscular. "Essa fraqueza dos músculos inspira um desgosto instintivo por exercícios violentos; traz de volta as diversões, quando a idade torna o indivíduo suscetível a ocupações sedentárias, o tecido celular precisa de pouco movimento para manter sua saúde." (CABANIS, 1802, p. 327, tradução nossa) A atividade seria ainda dificultada pelo afastamento dos quadris da mulher que é necessário para que possa parir.

Essa fraqueza ainda renderia às mulheres uma falta de confiança ao agir sobre os objetos do mundo, isto é, ao aplicar uma força direta sobre eles para colocá-los em movimento. Assim, ela se torna dependente da proteção daqueles que a cercam e, como tal, desenvolve a faculdade de atrair os outros, seduzir. Somente desse modo as mulheres encontrariam condições para existir, colocando-se no lugar de objeto para um outro sujeito que lhes possa proteger e conduzir. As mulheres estariam, assim, na concepção de Cabanis, num estatuto de menoridade e as meninas ficariam eternamente nessa condição. Em suma,

Essas observações quase explicam as disposições, gostos e hábitos gerais das mulheres. As mulheres devem preferir trabalhos que não requeiram força muscular, mas habilidade delicada: elas devem praticar em pequenos objetos: seu espírito consequentemente adquirirá mais sutileza e penetração do que largura e profundidade. Levando uma vida sedentária (pois a natureza do trabalho que lhes convém não os retém menos fortemente do que as tendências imediatas dependentes de sua organização), veja, de certa forma, desenvolver nelas um novo sistema físico e moral. Elas sentem sua fraqueza; daí a necessidade de agradar: eles precisam de piedade; daí, esta observação contínua de tudo o que se passa à sua volta; daí sua dissimulação, seus pequenos truques, suas maneiras, suas graças, em uma palavra, seu coquetismo [*coquetterie*], que, no atual estado social, deve ser considerado como a combinação, ou o resultado, de suas boas e más qualidades. (CABANIS, 1802, p. 329, tradução nossa)

Já os garotos nasceriam plenos de força e de vontade de a exercer. O repouso lhes é pernicioso, precisam exercitar-se constantemente e expandir sua liberdade o mais possível. É justamente essa concepção que levou Cabanis a reformular o internamento, retirando dele toda sua carga negativa. “O internamento já não é mais, de uma maneira rigorosamente negativa, abolição total e absoluta da liberdade. Deve ser, antes, liberdade restrita e organizada” (FOUCAULT, 2017, p. 475).

Nesse espaço restrito e apartado, porém “seguro” o indivíduo, a criança poderia gozar de liberdade e através de seus movimentos desenvolver-se assim como num cercado. É somente no paradoxo de um tal espaço fechado, no entanto, reservado para “liberdade”, isto é, neste “meio”, que o menino mostraria sua verdade em seus movimentos que têm para ele valor terapêutico, já que o desenvolveria orgânica e moralmente. Enquanto isso, as meninas também são internadas, porém, nos prontuários, vemos que não se tem interesse de mantê-las nesse “espaço de liberdade” da instituição por muito tempo, antes é preciso enviá-las para casas de família, onde poderão exercitar sua passividade, suas inclinações orgânicas e morais femininas ao servir a uma família.

Essa mesma concepção de um binômio orgânico-moral está presente em Seguin em seus escritos, quando diz que a *idiotia* "carrega consigo (...) distúrbios consecutivos muito mais sérios em meninas do que em meninos" (SEGUIN, 1846, p. 250, tradução nossa). Isso porque o tecido muscular do sistema nervoso das mulheres é menos rígido do que aquele dos homens, o que a tornaria mais sujeita à astenia.

Ao mesmo tempo, porém, essa condição física feminina teria a “vantagem” de torná-las governáveis. Nas meninas, são encontrados ainda dois veículos de instrução moral que facilitam a ação pedagógica, a vaidade e o coquetismo. Elas seriam "capazes de atenção, de atividade, de paciência, quando tocamos habilmente suas cordas [como uma marionete]." (SEGUIN, 1846, p. 251, tradução nossa). Dada sua acessibilidade, maleabilidade, passividade e docilidade, elas seriam mais facilmente educáveis, porém Seguin defende que se deve focar os esforços no tratamento dos meninos do sexo masculino, já que

Em condições sociais um tanto inferiores, onde nossas leis e nossos costumes ainda deixam as mulheres conosco, a inferioridade que resulta para elas da idiotice e da imbecilidade tem consequências muito menos graves do que para o nosso sexo; é só nesse sentido que, socialmente falando, a idiotice sempre me pareceu ter consequências mais graves para um homem do que para uma mulher. (SEGUIN, 1846, p. 252, tradução nossa)

Logo, as mulheres são encerradas nesta condição de dependência, de menoridade, já que não conviria educá-las e estimulá-las à atividade e à independência. Sua menoridade se tornaria, assim, uma espécie de profecia autorrealizável.

Isso porque a noção mesma de educação implica o exercício dirigido da liberdade e da ação voluntária que seriam prejudiciais às mulheres, “pois o objetivo da educação, longe de ser a passividade, é a liberdade; e a primeira condição para ser livre é querer [*vouloir*].” (p.651, tradução nossa) Uma vez que as meninas e as mulheres de um modo geral seriam seres passivos e dependentes, despojados de vontade, ou então, sem força o suficiente para exercitá-la e controlá-la, deveriam, pois, ser governadas por uma vontade que lhes é alheia.

No entanto, o tipo de encaminhamento das meninas para as famílias onde seriam alvos da ação “salutar” de um sujeito responsável (a família destinada a recebê-las sob soldada) teria o inconveniente de afastá-las da apreciação do real, ocasionando outros tipos de afecções, já que é justamente aquela liberdade cercada no meio institucional que permite ao menino afastar suas fantasias, suas imaginações. Logo, as meninas sofreriam de uma falta de apreciação do real que é característica da psicastenia.

Esta foi definida por Pierre Janet como uma afecção de origem psíquica, contrariando a pressuposição de uma organicidade presente no modelo da neurastenia. Foi possível, desse modo, prescindir daquele suporte orgânico bastante presente no século XIX, já que a psicastenia careceria de qualquer explicação anatômica ou fisiológica visível. Segundo Janet, as psicastênicas sofreriam de uma falta, de um sentimento de incompletude. Esse sentimento deriva, segundo o autor, de um retardo no desenvolvimento, ou numa falta de equilíbrio ou harmonia das faculdades, o que justificaria o fato dessas pacientes atribuírem sentimento exagerados e irreais a imperfeições fisiológicas reais, porém muitas vezes insignificantes.

No entanto, basta uma passada de olhos sob a categorização para observar que falta a ela precisão, ou melhor, sua precisão está justamente no fato de não ser precisa, ser flexível, difusa e servir a muitos indivíduos. Trata-se de uma categoria que se define tanto pela falta, quanto pelo excesso e, portanto, sua terapia envolve o estabelecimento de um equilíbrio, de uma norma, uma espécie de meio termo. Os psicastênicos são

Seres moralmente parciais, incompletos, desequilibrados, podem ter uma memória prodigiosa, mas não conseguem fixar a atenção. Móveis e distraídos, sua instabilidade mental às vezes é extrema. Ao mesmo tempo são abólicos, apáticos com acessos de grande excitação e êxtases inexplicáveis: são originais, excêntricos, sonhadores, com imaginação selvagem e tendências românticas. Finalmente, eles são emocionais, tímidos, excessivamente sensíveis, impressionáveis e suscetíveis, egoístas e orgulhosos (JANET, 1903, p. 439-440, tradução nossa).

Essa falta característica da psicastenia atinge também a própria atividade voluntária. Em outras palavras, uma vez que sua atividade mental é incompleta, eles sentem não poder realizar um ato segundo sua própria vontade. Nesse caso, diz-se que perderam o sentimento de realidade de seus atos. Isso quer dizer que eles continuam tendo a percepção do mundo externo, porém perderam o sentimento ou a função de realidade que permite organizar essa percepção para ser capaz de orientar-se no mundo (isto é, ser capaz de dirigir sua ação voluntária sobre os objetos).

Assim, a psicastenia é um enigma, já que "suas operações mentais não são perturbadas quando se trata apenas do imaginário, apresentam desordem apenas quando se trata de aplicá-las à realidade" (JANET, 1903, p. 443, tradução nossa). Essa dificuldade na apreciação do real se mostra mais acentuada no caso dos atos voluntários e, conseqüentemente, na percepção dos objetos em direção aos quais se exerce a vontade. Logo, as psicastênicas são dependentes e exigem direção alheia, precisam ser governadas por um terceiro capaz de guiá-las (ideia de terapêutica moral).

Outra transformação feita por Janet se refere à instintiva sociabilidade dos indivíduos do sexo feminino, já que, uma vez que não podem dirigir-se de forma autônoma no mundo social, elas não podem relacionar-se com os outros. "Elas podem andar, conversar, gemer na frente de amigos próximos; mas assim que a ação se torna importante e, portanto, real, elas deixam de poder agir, abandonam gradualmente a profissão, a luta contra os outros, as relações sociais, etc." (JANET, 1903, p. 445, tradução nossa)

Por fim, o último sintoma da psicastenia é uma forte sensação de esgotamento nervoso, de fatigabilidade, uma fraqueza das funções psicológicas além das manias, ideias fixas e obsessões. Isso contribui para a subjetivação do sexo feminino como fraco tanto para ação, quanto para resistir à ação de outrem (ZORZANELLI, 2010). As mulheres seriam, assim, facilmente "penetráveis" às insinuações alheias, bem como seriam indolentes, ociosas em razão da falta de volição que contrasta com explosões de agitação que levam a atos desarrazoados para os quais não há inibição. No âmbito da linguagem, essas agitações se mostravam em surtos de tagarelice, em tiques ou então em paralisias da fala².

QUESTÕES LEVANTADAS

² A proporção dos casos de psicastenia se dividiria da seguinte forma, segundo cifras do autor, a cada 4 psicastênicos, 3 são mulheres. Esse fato indicaria, nas palavras do autor, que "a mulher é geralmente de um nível mental inferior ao do homem, significando sempre a hierarquia mental no sentido que indiquei, que ela tem antes as funções inferiores de amor e emotividade e que menos as funções superiores que agem sobre o real, percebem isso e modifique-o". (JANET, 1903, p. 623, tradução nossa)

A partir do caso R., podemos indicar que as meninas estariam no imaginário médico da época mais inclinadas à perversão sexual. Nesse sentido, elas seriam muitas vezes seduzidas por indivíduos poucos escrupulosos. Nota-se, então, como elas aparecem sempre como passivas; incapazes de dizer não aos convites desses indivíduos a ponto de perderem seu estatuto de sujeito responsável capaz de exercer sua vontade livre e consciente sobre os objetos do mundo.

A menor R. é, por isso, registrada como tendo sofrido influência perniciosa do seu meio familiar pelo contato e pelas impressões que recebeu seja das concubinas de seu pai, seja das suas amigas. Sua passividade em relação a essas influências, bem como às ações dos rapazes mostram sua incapacidade em resistir. Nesses casos, sua fraqueza moral se reflete ainda na fraqueza física, na sua atrofia e na sua massa corporal deficiente, resgatando o binômio orgânico-moral na conjugação da debilidade física com a debilidade moral.

Sua hiperestenia também atesta sua passividade, na medida em que trata-se de uma sensibilidade elevada a estímulos que lhe vêm de fora. Essa questão fisiológica reflete-se mais uma vez em sua condição moral, uma vez que esteve sujeita às influências e estímulos de um meio desmoralizado, o que acabou por prejudicar seu senso moral, de modo que puderam notar os examinadores um certo cinismo e despudor que se mostram pela sua incapacidade de avaliar sua conduta segundo as normas morais da sociedade.

Frente a isso a ação do SSM configura-se como empreendimento de normalização social na medida em que procura fazê-la internalizar essas normas, o que consiste em fazê-la conformar-se com aquilo que é esperado de uma menina de sua idade, que seja ignorante em relação a assuntos sexuais e que seja passiva, que não resista à ação pedagógica dos outros, mas ao mesmo tempo que seja capaz de resistir à ação perniciosa daqueles que constituem seu meio familiar.

Procura-se, em suma, torná-la capaz de avaliar sua conduta segundo os padrões e as normas aceitas pela sociedade, tornando-a um ser moral. Trata-se de dotá-la de senso moral e de desenvolver-lhe a volição para que um dia possa se tornar um sujeito responsável pela suas próprias ações, ou melhor, para que se torne responsável pelos cuidados da família, conformando-se com a posição social esperada da mulher na sociedade. Logo, o empreendimento do SSM procura se utilizar daquela pretensa facilidade, docilidade e acessibilidade da menor R., reproduzindo a pretensa violação que ela sofreu dos meninos para educá-la.

O Estado é, portanto, o violador nesse caso, tomando a menor R., como na metáfora de Seguin, como um títere a ser manipulado, a ser moldado, a ser dirigido e governado em

determinada direção. Logo, a entrada da mulher na vida social e na cidadania como sujeito responsável passa primeiro pela sua dessubjetivação e objetificação como um sujeito passivo, como um cidadão de segunda classe, suscetível às arbitrariedades do Estado. Sua passividade é produzida e reproduzida continuamente, não devemos, porém, tomá-la como natural ou naturalizá-la como fazem os psiquiatras.

E o fazem pois temem seu desejo, o que explica a ambiguidade presente na argumentação de Janet a respeito da oscilação feminina entre agitação e fatigabilidade, apatia e excitação. Ao invés de atribuir essa oscilação às oscilações humorais femininas e reproduzir aquele binômio orgânico-moral, podemos subverter sua lógica e pensar na resistência. A vontade feminina resiste à passividade na qual foi enquadrada. Ainda que se tente conjurar tal resistência como por decreto seja na teoria, seja na prática, subjetivando o sexo feminino como incapaz de resistir à ação alheia, essa resistência reaparece sem cessar e para abafá-la, para neutralizar suas forças os psiquiatras a identificam aos sintomas neuróticos.

Logo, as menores seriam sujeitos cuja vontade não reconhece os limites das normas sociais. No caso R. ela aparece como um desejo insubordinado, que não se deixa deter diante dos padrões morais do grupo, bem como não se deixa entender pelas normas da razão, como bem mostra o fato dos médicos ficarem atônitos com o fato dela realizar os atos sexuais sem finalidade financeira. É justamente esse enigma, esse problema que determinou o aparecimento desse caso nos Boletins e que permitiu que chegasse com tal riqueza de informação até nós.

Assim, essas meninas seriam incapazes de avaliar moralmente sua ação, desenvolvendo, então, um complexo de despudor que as envereda pelo caminho da perversão. A perversão emerge, então, como a marca distintiva da menoridade, o que a aproxima da anormalidade na medida em que o anormal é aquele que não internalizou as normas sociais.

No entanto, nota-se uma certa diferença no tipo de perversidade dos menores segundo o sexo. Avaliando os efeitos da mendicância infantil, Portella defende, num outro artigo publicado nos Boletins do SSM, que o maior prejuízo dessa prática para os meninos se mostra na esfera da moral,

Os meninos, em geral, vão ficando malandros, viciados no costume de pedir, perdem o escrupulo e a vergonha, aprendem a simular situações especiais para o fim em vista e vão adquirindo uma estruturação moral inconveniente e desastrosa. O fato de se acostumarem com o ganho fácil de esmolas os torna mandriões, incapacitados para o trabalho honesto e produtivo, fujões das escolas, permanecendo muitas vezes

analfabetos, vadios, autores de pequenas velhacarias, que vão constituindo um contingente básico para a *perversão moral* e para a delinquência. (PORTELLA, 1947, p. 24)

Já para as meninas o maior prejuízo dessa prática se mostra na esfera sexual:

As pequenas pedintes encontram às vezes, indivíduos pouco escrupulosos que, em troca da esportula dada, convidam-as à prática de atos libidinosos, a que elas cedem mais pelo anseio de obter o ganho desejado do que mesmo pelo conhecimento e avaliação moral da ação momentânea. Mas a reprodução desses fatos tornam-se tão numerosos e constantes, que as crianças vão adquirindo um complexo de desdém e de cinismo que as faz enveredar com facilidade para o caminho da *perversão sexual*, com todas as miserias morais que sobrevêm em seguida. (PORTELLA, 1947, p. 25)

As menores seriam, nesse sentido, resistentes à ação da terapêutica moral empreendida pelos técnicos do SSM, já que seriam cínicas e sem pudor, isto é, não dariam valor aos valores que lhes querem transmitir a instituição. Logo, para fazê-las internalizar esses valores e normas é preciso, primeiro, vencer sua resistência, produzir sua passividade, seu conformismo.

É justamente papel das técnicas psi vencer essas resistências, isto é, substituir os valores que essas menores adquiriram no convívio cotidiano com pessoas imorais, destruir seus padrões de moralidade apreendidos das classes populares. Cabe a essas técnicas incutir nos indivíduos as normas capazes de formar sua consciência moral. Logo, o SSM procura fazer os menores se identificarem com as normas sociais, isto é, tomá-las como ideais de eu a serem seguidos a ponto de as introjetar.

Para que possa levar a cabo essa finalidade, é preciso que o dispositivo faça a norma intervir no nível do psiquismo e que imponha sua medida até mesmo aos instintos, aos desejos e às fantasias. Ele procura colocar-se, pois, como o real com o qual as crianças precisam se conformar, de modo que não há como resistir a ele. E assim ele se torna capaz de governá-los utilizando de técnicas sublimatórias: os jogos, os exercícios e o trabalho adequados a cada um dos sexos.

Trata-se, portanto, de um governo do desejo profundamente penetrante na medida em que ele faz os indivíduos sobre o qual se exerce internalizar as normas, guiando sua ação sem saber estar sendo governado, acreditando seguir sua própria vontade. Logo, torna-se difícil resistir contra um dispositivo cuja ação aparece àqueles sobre os quais ele age como seu próprio desejo. A norma emerge, assim, como objeto de gozo e de identificação por parte daqueles que almejam deixar sua condição de minoridade e se tornar sujeitos responsáveis e normalizados: mães cuidadoras e pais firmes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste *paper*, se debruçar sobre um caso de debilidade moral analisado pelo médico psicopatologista do Serviço Social de Menores, publicado nos Boletins do Serviço Social de Menores em 1945. O caso associa o abandono moral e material de meninas aos desvios de conduta de caráter sexual apresentados por elas. O caso é, pois, construído a partir de exames que visam justificar o diagnóstico da menor R. como débil moral a partir de sua pretensa facilidade e acessibilidade, além de sua incapacidade de avaliar moralmente sua conduta.

O texto procurou discutir a partir do caso algumas questões levantadas no que se refere à ideia mesma de perversão e suas implicações para a gestão de populações. Desse modo, a menor é produzida no discurso como sujeito passivo, dócil, acessível e frágil com intuito de conjurar o perigo do desejo infantil que não teria sido devidamente socializado, isto é, que não se deixa deter pelas normas sociais. Logo, a partir do caso, o trabalho propôs compreender a ação do Serviço Social de Menores como um empreendimento de normalização social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABANIS, Pierre J. **Rapports du physique et du moral de l'homme**. 2 v. Paris: Baillièrre, 1802.

SEGUIN, E. **Traitement moral hygiène et éducation des idiots et des autres enfants arriérés**. Paris: Baillièrre, 1846

FOUCAULT, M. **História da loucura: na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

JANET, Pierre. **Les obsessions et la psychasténie**. 2 v. Paris: Alcan, 1903.

PORTELLA, L. Um caso de debilidade moral. **Boletim do Serviço Social dos Menores**. São Paulo: Serviço Social dos Menores, v.5, dez., 1945.

PORTELLA, L. Mendicância infantil. **Boletim do Serviço Social dos Menores**. São Paulo: Serviço Social dos Menores, v.7, dez., 1947. 61 p.